

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

RDC n. 003/2018

MTEC ENERGIA EIRELI – EPP, já devidamente qualificada na presente licitação, vem respeitosamente à presença de V. Sa., com a finalidade de apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso administrativo interposto pela SOLEN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENERGIA SOLAR LTDA., o que faz na forma do item 19 do edital de licitação, com base nas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1 TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, frise-se que estas contrarrazões são tempestivas. De acordo com o subitem 19.1.2 do edital, as contrarrazões devem ser apresentadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação da interposição do recurso, o que se deu em 29/05/2019, quarta-feira. Assim, contando-se o prazo na forma do art. 45, § 4º, da Lei n. 12.462/2011, o dia útil seguinte à interposição do recurso foi quinta-feira, 30/05/2019, pelo que o término do prazo para apresentação das razões recursais dar-se-á em 05/06/2019, quarta-feira.

2 SÍNTESE

Em breve síntese, trata-se de contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela SOLEN, que se insurge contra a sua inabilitação, amparada na violação à exigência do edital relativa ao envio do balanço patrimonial **na forma da lei** (item 17.4.2 do edital).

Segundo arguido pela recorrente, ela teria cumprido as formalidades de encaminhamento do seu balanço patrimonial devidamente subscrito por profissional de contabilidade. A exigência de registro na Junta Comercial ou de encaminhamento por meio do SPED não seria aplicável ao caso, por inexistir disposição do edital que

assim estipule e por não haver incidência da legislação que imporia este dever (a qual, segundo o recurso, seria a Lei n. 11.638/2007) à situação jurídica da recorrente.

Para corroborar o seu argumento, cita precedente judicial de 2009 e a Deliberação JUCESP n. 02, de 25 de março de 2015, que dispensaria empresas de médio porte de realizar o registro do balanço patrimonial.

Veremos, no entanto, que as alegações recursais não merecem subsistir.

3 MÉRITO

Toda a argumentação do recurso gira em torno da suposta ausência de exigência de registro do balanço patrimonial da recorrente na Junta Comercial ou de seu envio por meio do SPED.

Conforme o art. 14 da Lei n. 12.462/2011, as condições de habilitação em licitação são aquelas prescritas pelos artigos 27 a 33 da Lei n. 8.666/93. E essa lei, ao tratar da qualificação econômico-financeira dos licitantes, prescreve da seguinte maneira, no art. 31, inc. I, a forma pela qual deve se dar a apresentação dos balanços:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:
I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e **APRESENTADOS NA FORMA DA LEI**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
(destaque nosso)

Isso está reproduzido no subitem 17.4.2 do edital, pelo que o instrumento de convocação da licitação, assim como a Lei n. 8.666/93, vincula a validade dos balanços patrimoniais entregues à sua apresentação “NA FORMA DA LEI”.

Mas que forma seria essa? Obviamente, a forma variará de acordo com o tipo de pessoa jurídica de que se trate. Sociedades de advogados, por exemplo, registram os seus contratos sociais e informações financeiras na OAB de sua localidade; pessoas jurídicas não empresárias fazem o mesmo nos respectivos cartórios; etc.

O fato é que a **publicidade** é um requisito aplicável a toda e qualquer pessoa jurídica. E, no caso das sociedades empresárias (situação na qual se enquadra a recorrente, que é uma sociedade limitada), a resposta acerca da forma legal de registro de suas informações encontra-se no Código Civil, cujos artigos 1.180, 1.181 e 1.184 assim estabelecem:

Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, **é indispensável o Diário**, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

(...)

Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, **os livros obrigatórios** e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, **devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis**.

Parágrafo único. A autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário, ou a sociedade empresária, que poderá fazer autenticar livros não obrigatórios.

(...)

Art. 1.184. (...)

§ 2º **Serão lançados no Diário o balanço patrimonial** e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.

(grifo nosso)

O TCU, em inúmeras oportunidades, já fez consignar o entendimento de que os documentos contábeis de sociedades empresárias **devem ser autenticados na Junta Comercial**. A respeito, confira-se o seguinte precedente:

ENUNCIADO

A exigência de fotocópia integral do livro diário, como requisito de habilitação em licitação, contraria o princípio da eficiência administrativa, sendo suficiente para a análise da qualificação econômico-financeira apenas **cópias das páginas referentes ao balanço patrimonial, às demonstrações contábeis e aos termos de abertura e de encerramento, autenticadas pela Junta Comercial**.

(TCU, Acórdão 2962/2015-Plenário, julgado em 18/11/2015, Rel. Min. Benjamin Zymler, grifo nosso).

A Instrução Normativa n. 03, de 26 de abril de 2018, elaborada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/911-in-sicaf>>), assim estipula a forma de apresentação de balanço patrimonial para fins de cadastramento no SICAF:

Art. 16. O empresário ou sociedade empresária deverá inserir no Sicaf o Balanço Patrimonial elaborado e **registrado nos termos da legislação em vigor**.
(grifo nosso)

A seção de “Perguntas e Respostas” do site <[comprasgovernamentais.gov.br](https://www.comprasgovernamentais.gov.br)> relativa à IN 03/2018 (disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/pf-sicaf-in3-2018#P17>>) assim se refere à forma de apresentação dos balanços patrimoniais:

17 - Em qual órgão deve ser registrado o balanço patrimonial?

Em relação ao Balanço Patrimonial em formato digital, a sua autenticação será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos do § 1º, do art. 78- A do Decreto nº 1800, de 30 de Janeiro de 1966 (incluído pelo Decreto n.º 8.638, de 25 de fevereiro de 2016).

Já o empresário ou a sociedade empresária que não estiverem obrigados a utilizar a Escrituração Contábil Digital – ECD, esses poderão apresentar cópia digitalizada do Balanço Patrimonial autenticado pela junta comercial. As demais pessoas jurídicas deverão apresentar a cópia digitalizada do Balanço Patrimonial com assinatura de seu

representante legal e do contador responsável, autenticada pelo órgão responsável pelo seu registro.
(grifo nosso).

Isso tem uma razão de ser. Antes de sua autenticação na Junta (para as sociedades empresárias) ou da comprovação de remessa dos documentos por meio do SPED, o balanço patrimonial pode não ter a chancela da oficialidade das informações. Pode ser um documento provisório, em elaboração, sem a comprovação de que foi concluído o processo de sua elaboração ou de que as suas informações são fidedignas e representam a realidade contábil e financeira da empresa. Somente com a comprovação de que foram entregues aos órgãos de registro (Junta Comercial ou Receita Federal, por meio do SPED, no caso das sociedades empresárias) é que se tem segurança quanto à confiabilidade dos dados.

É importante destacar que a exigência de que o balanço fosse apresentado “na forma da lei” é uma exigência do edital que a recorrente **não questionou e nem impugnou**. Preferiu, ao contrário, tentar a reversão de uma regra absolutamente justificada e correta em momento posterior, não observando, assim, a prescrição do art. 41, § 2º, da Lei n. 8.666/93, que assim prevê:

Art. 41. (...)

§ 2º **Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração** o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
(grifo nosso)

Perceba-se, ademais, que a Deliberação JUCESP n. 02, de 26 de março de 2015, citada no recurso a que se responde, **nem mesmo trata do tema da dispensa de registro de balanços patrimoniais**. A íntegra do documento (disponível em: <<http://www.institucional.jucesp.sp.gov.br/downloads/Deliberação%2002-2015.pdf>>) deixa claro que essa normativa refere-se à obrigação das grandes empresas de publicarem o seu balanço e as suas demonstrações financeiras em jornais de grande circulação (art. 1º).

Há mais, porém. Dispensa-se a publicação se a empresa **requerer o arquivamento da ata de aprovação do balanço anual e das demonstrações financeiras** e fizer acompanhar este requerimento uma declaração de que não se trata de empresa de grande porte (art. 2º). Veja-se:

Art. 2º. Será dispensada a apresentação da publicação acima indicada nos casos em que a sociedade **requerer o arquivamento da ata de aprovação do Balanço Anual e das Demonstrações Financeiras**, acompanhada de “declaração” de que não se trata de

sociedade de grande porte nos termos da Lei n 11.638/2007, firmada pelo Administrador, conjuntamente com contabilista, devidamente habilitado.
(Grifo nosso)

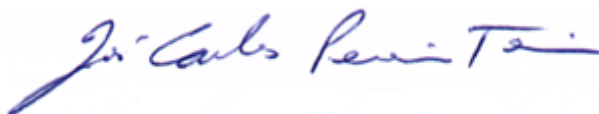
Ou seja, ao contrário do indicado no recurso, a norma da JUCESP (que, lembre-se, jamais poderia contrariar a disposição da **lei**) **reforça a necessidade** de registro do balanço para todas as sociedades, apenas isentando as grandes empresas da obrigação de fazer a publicação de suas informações em jornais de grande circulação nas condições por ela estipuladas.

Dessa forma, é irrefutável a conclusão a que chegou a Comissão de Licitação quanto à ausência das condições de habilitação por parte da recorrente.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer-se seja desprovido o recurso administrativo, mantendo-se a decisão de inabilitação da recorrente e de habilitação da recorrida.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.
Brasília, 05 de junho de 2019.



MTEC ENERGIA EIRELI – EPP